



DESTAQUES

Por Demetrius Oliveira e Ricardo Rinaldi

- **STF SUSPENDE PROCESSOS E DECISÕES JUDICIAIS SOBRE DECRETO DE ARMAS DE FOGO.**
- **DEPUTADOS SE POSICIONAM CONTRA DECISÃO DO STF E DEFENDEM A APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTOS PARA AVANÇAR A APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES QUE VISAM SUSTAR NORMA QUE DETERMINOU O RECADASTRAMENTO DE ARMA.**
- **DEPUTADO ALEXANDRE LEITE (UNIÃO-SP) APRESENTA À CÂMARA REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO PARA QUE O MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA PRESTE ESCLARECIMENTOS ACERCA DO DECRETO Nº 11.366/2023.**

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Após semanas de atraso, deu-se início à distribuição de comissões permanentes. Na segunda-feira (1º), 19 das 30 comissões tiveram suas vagas definidas. É

SENADO FEDERAL

A distribuição das comissões no Senado Federal segue incerta. Em fevereiro, o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) disse que a pretensão era definir as

necessário que os partidos indiquem os deputados que irão assumir as respectivas presidências. As expectativas são de que isso aconteça até a primeira quinzena de março, possibilitando que as comissões iniciem seu trabalho, definitivamente, no início do mês de abril.

Em janeiro, foi publicada a Portaria 299/2023, que determinou o cadastramento de armas no SINARM. Desde a publicação, deputados que apoiam a liberação de armas e munições se pronunciaram contrários à obrigatoriedade do cadastramento. O deputado Flávio Bolsonaro (PL-SP), por exemplo, publicou em suas redes sociais vídeos em que afirmava que não iria realizar o cadastramento e orientava a impetração de habeas corpus preventivo perante o Poder Judiciário para evitar quaisquer punições.

Buscando sustar os efeitos da portaria, Projetos de Decreto Legislativo (PDL) foram apresentados à Câmara dos Deputados. Na quarta-feira (1º), o Deputado Paulo Bilynskyj publicou em seu instagram vídeo em que fala sobre a decisão do STF, que suspendeu as ações e decisões sobre armas de fogo. Para o deputado, a única ferramenta “que resta” para derrubar o Decreto 11.366/2023 e a Portaria 299/2023 é o apoio ao

presidências das comissões após o Carnaval, o que não se concretizou. A expectativa nos bastidores é de que os partidos façam suas indicações até segunda-feira (6) para que as comissões sejam definitivamente instaladas na quarta-feira (8). De acordo com o portal CNN, em comissões com 27 vagas, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a tendência é que o bloco Democracia (formado por MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede) fique com 11 vagas. O bloco da Resistência Democrática (formado por PSD, PT e PSB) deve ficar com nove. O bloco Vanguarda (PL, PP, Republicanos e Novo) deve ficar com sete.

Durante o mês de fevereiro, o DataSenado disponibilizou o Panorama Político 2023. No relatório, consta pesquisa realizada durante o final de 2022, em que o Instituto perguntou aos brasileiros: “Facilitar a posse de armas vai aumentar a segurança no Brasil?”. Como resposta, 60% dos entrevistados discordaram da afirmativa e 37% concordaram. Um detalhe interessante é que, durante o ano de 2021, 69% dos entrevistados discordaram da afirmativa e 28% concordaram, o que demonstra uma evolução positiva da população quanto a liberação de armas no país.

requerimento de urgência aos PDL's. As proposições deverão ser julgadas em bloco. Para votação em separado, será necessário requerimentos de votação em apartado no Plenário, ou emendas de redação. A tática seria importante para evitar uma derrota. A votação de trechos da norma possibilitaria maior possibilidade de diálogo e adesão.

Para que haja a votação de urgência, o regimento interno dispõe que é necessário que um terço dos membros da Câmara ou Líderes, que representem esse número, apresentem a proposta ao Plenário. Além disso, caso seja apresentado requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de líderes que representem esse número, aprovado pela maioria absoluta dos Deputados, o projeto poderá ser incluído automaticamente na ordem do dia. O expediente é salutar para fins de conter o ímpeto de aprovação açodada de normas relativas à matéria.

O relator da Comissão Temporária sobre a Situação dos Yanomami, o senador Dr. Hiran (PP-RR), apresentou nesta quarta-feira (1º), o plano de trabalho do colegiado, que tem por objetivo, após audiências e visitas às terras indígenas, propor soluções legislativas e técnicas para combater a crise humanitária na reserva indígena, em Roraima. Inicialmente, serão realizadas 3 audiências públicas. A primeira discutirá a situação dos indígenas e contará com participação de representantes envolvidos no tema; a segunda audiência será com representantes dos garimpeiros; e a terceira audiência será destinada a ouvir representantes do governo federal indicados pelas seguintes pastas: Ministério dos Povos Indígenas; Ministério dos Direitos Humanos; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério de Minas e Energia; e Ministério da Defesa. O tema armas estará em debate.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública recebeu, dia 15/02, o procurador de Justiça do Rio de Janeiro, Luciano

O Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu no dia 28/02 reunião do Comitê de Governança Estratégica,

Mattos, e o subprocurador-Geral, Marfan Martins Vieira, para debater a reabertura da investigação do caso Marielle Franco, ex-vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018. As investigações, portanto, terão apoio das forças policiais e aparato de investigação federais. Em 02/03, Anielle Franco, atual Ministra da Igualdade Racial e irmã da ex-vereadora, foi eleita uma das 12 mulheres do ano pela Revista Time. A premiação coloca em destaque a atuação de Anielle e as pautas em que atua efusivamente, conforme reconheceu a Time, notadamente, lutas antirraciais, anti violência urbana, em especial contra as mulheres e anti armamentista.

O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, recebeu no dia 27/02 o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nelson Gustavo Mesquita, presidentes dos Tribunais Regionais Federais, juízes e desembargadores para debater políticas judiciais em âmbito nacional. A reunião demonstra a ampliação da cooperação e diálogo do governo federal com o poder judiciário. Entre as políticas estão estratégias que visam o combate da violência doméstica, violência contra a mulher, políticas de fronteira e setoriais, dentre elas, repressão a crimes violentos e

que reúne as diversas secretarias e unidades da pasta, para apresentar o planejamento orçamentário e meta de atuação. Fazem parte do grupo as Secretarias Nacional de Justiça; de Acesso à Justiça; de Segurança Pública; de Política sobre Drogas; Secretaria Nacional do Consumidor; Secretaria de Administração Penitenciária; Secretaria de Assuntos Legislativos; Autoridade Nacional de Proteção de Dados; Conselho Administrativo de Defesa Econômica, além das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Ponto central no debate foi a modernização e aperfeiçoamento dos sistemas de controle de dados das políticas implementadas pelo Ministério. A ordem é atualizar os dados dos setores críticos, o que alcançará as estratégias de controle de armas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu no dia 28/02 reunião do Comitê de Governança Estratégica, que reúne as diversas secretarias e unidades da pasta, para apresentar o planejamento orçamentário e meta de atuação. Fazem parte do grupo as Secretarias Nacional de Justiça; de Acesso à Justiça; de Segurança Pública; de Política sobre Drogas; Secretaria Nacional do Consumidor; Secretaria de Administração Penitenciária; Secretaria

uso de armas de fogo.

de Assuntos Legislativos; Autoridade Nacional de Proteção de Dados; Conselho Administrativo de Defesa Econômica, além das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Ponto central no debate foi a modernização e aperfeiçoamento dos sistemas de controle de dados das políticas implementadas pelo Ministério. A ordem é atualizar os dados dos setores críticos, o que alcançará as estratégias de controle de armas.